

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Folha de Goiãz

Class.: 465

Data 10 de setembro de 1981

Pg.:

Folha de Goiãz **Cimi prevê o fim do índio no Brasil**

“Os povos indígenas que até hoje não foram extintos pelo genocídio e etnocídio serão definitivamente apagados do mapa etnográfico através da integração compulsória, pelo integracídio, que não somente prevê a extinção de uma ou outra tribo, mas a espécie ‘índio’ como tal”. O trecho é de um documento elaborado pelo secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário - Cimi, padre Paulo Suess, divulgado ontem pela CPT, e que servirá de base para apresentar a situação do índio brasileiro na Conferência Internacional das Organizações não Governamentais acerca das Populações Indígenas e da Terra, a ser realizada de 14 a 18 deste mês em Genebra.

Segundo a CPT, essa reunião está sendo organizada pelo Comitê sobre o Racismo, Discriminação Social, Apartheid e Descolonização e, tendo sido convidado, o Cimi levará ao conhecimento das instituições internacionais principalmente a situação dos Tapirapés, dos Pataxó, dos Xavantes, dos Tupiniquins e Nambiquaras, ameaçados de extinção e dos Yanomami, Gorokire, Kadiwéu, Potiguara e Apurinã, sem terras demarcadas. Para a entidade, o recente episódio da demarcação das terras dos Tapirapés, em Mato Gros-

so, “feita de acordo com interesses da Companhia Tapiraguaia”, representa “uma agressão a própria Constituição Brasileira, ao Estatuto do Índio e a todas as reivindicações do grupo”. Informou a CPT que, embora o coronel Nobre da Veiga já tivesse um encontro marcado com os índios para o dia 31 do mês passado para resolver o problema, já em Brasília os índios souberam que a demarcação já tinha sido oficializada por decreto já publicado no Diário Oficial da União.

EXTINÇÃO

Segundo o relatório do padre Paulo Suess, “apressadamente a Funai quer saber, quem é ainda índio e quem não é, colocando os povos indígenas numa linha de montagem de ‘índios isolados’ (os selvagens), ‘índios em vias de integração’ (os propriamente tutelados pela Funai) e ‘índios integrados’, esses últimos representando a ‘tarefa cumprida’ da política indigenista oficial. Os assim ‘integrados’ deixarão de ser considerados diante da Lei como índios”.

Para o secretário do Cimi, “no Brasil de amanhã, na visão dos atuais dirigentes da Funai, não haverá mais povos ou nações indígenas, nem índios isolados. Repetidas vezes o cel-

Zanoni, atualmente assessor especial do presidente do órgão tutelar e responsável pelo suporte ideológico do órgão, tem insinuado aos servidores indígenas da própria Funai que peçam sua emancipação a fim de serem integrados no quadro dos funcionários ‘civilizados’. As pressões individuais correspondem pressões contra povos inteiros; que a Funai não quer mais reconhecer como índios, como está, por exemplo, acontecendo com o povo Tembê no Pará e com o povo Kapinawá no Nordeste. A Funai se recusa a demarcar a sua terra, sob pretexto de que não são mais índios. Na Funai, que no ano passado substituiu mais de 30 antropólogos e indigenistas por coronéis, não se admite mais uma distinção entre emancipado/integrado/civilizado e índio-silvícola.

Através dos ‘indicadores de indianidade’, o órgão tutelar quer burlar a Lei e cronometrar a ‘integração’ compulsória a curto prazo. O que está em jogo é o futuro dos povos indígenas no Brasil. Suas reservas de terras, onde ainda estão demarcadas, representam na política indigenista oficial apenas terras reservadas para as fazendas de amanhã. A tutela mal exercida é como uma bomba relógio com dias contados para os povos indígenas no Brasil”.

Pelo clamor do indígena injustiçado

A proibição governamental do trabalho de missionários, em nome da Igreja, junto ao povo indígena causou preocupação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entidade à qual está subordinado o Conselho Missionário Indigenista - Cimi. A medida levou o seu Conselho Permanente a emitir um documento afirmando que “além da voz dos missionários injustiçados, ouvimos também o clamor dos povos indígenas de que todo o território nacional”.

Segundo o documento da CNBB, há incompreensão por parte do órgão tutelar, a Funai, principalmente com relação ao Cimi. Por isso a entidade assegura que tem que afirmar “energicamente o direito dos povos indígenas à justa demarcação das suas terras, seu direito a uma espaço vital

que será base, não somente para sua sobrevivência, mas para a preservação de sua identidade como grupo humano, como verdadeiro povo, como verdadeira nação”, conforme expressão feliz do Papa João Paulo II na sua alocução aos índios em Manaus”.

Para a CNBB, a Igreja tem o direito de exercer com liberdade a sua missão de evangelização, citando novamente trechos pronunciados pelo Papa, quando ele afirmou que “por mandato divino, incumbe à Igreja o dever de ir por todo mundo pregar o Evangelho a toda a criatura”. No documento a entidade esclarece que a Igreja não se recusa ao diálogo com os órgãos competentes, mas “rechaça, porém, qualquer ten-

tativa de converter sua missão numa assessoria ou cobertura de uma política indigenista oficial. A Igreja questiona, é claro, a universidade que é sinônimo de nivelamento e uniformidade, que não respoita as diferentes culturas, debilitando-as, absorvendo-as ou eliminando-as”.

Assegura o documento que o diálogo da Igreja com os organismos responsáveis pela política indigenista oficial será sempre balizado pelas exigências do Evangelho e pelas reivindicações dos próprios povos indígenas, acrescentando que, mesmo sendo esgotadas todas as condições de diálogo, deverá continuar “o direito e o dever da evangelização como ordem divina, historicamente sempre exercida pela Igreja”.